



ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

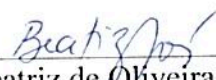
Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e treze, às catorze horas e quarenta e um minutos, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada na Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, Capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente com a presença dos seguintes conselheiros: Thiago Alexander Costa Grego, Presidente, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Oliveira Góes, Gleison Pereira de Souza, Lucy Fátima de Assis Freitas, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Jacó Lampert e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal de Gestão Previdenciária e os servidores da Unidade Gestora do RPPS Fernando Ferreira Calazans, Roberta Ester Senna, Marcelle Matilde Tufi Santos e Alexandre Fonseca. O Presidente iniciou a reunião lendo os pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta foi aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi considerada aprovada. O segundo ponto de pauta foi apresentação do relatório de investimentos por Alexandre Fonseca. Ele iniciou a apresentação explicando se tratar de um relatório gerencial de aderência à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração do RPPS. Feita a apresentação Afonso Celso questionou qual a rentabilidade que os fundos apresentaram. Beatriz Góes perguntou qual foi a média dos rendimentos nestes dois meses. Thiago Grego sugeriu incluir na apresentação um gráfico comparativo para melhor visualização e poderia incluir outros índices como IPCA, IBOVESPA, produtos de mesma característica, como por exemplo, por renda fixa, renda variável, demonstrando mês a mês, anual e nos últimos doze meses. Israel Arimar pediu para disponibilizar os relatórios por e-mail o que foi informado por Roberta Senna que todos os relatórios apresentados nas reuniões do Conselho estão disponibilizados na página da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária. Wanderson Rocha explicou a dificuldade em encontrar um servidor para compor o Comitê de Investimentos com o perfil e os critérios exigidos. Márcio Dutra explicou a importância da celeridade na indicação do servidor para otimizar os trabalhos do Comitê de Investimentos. Márcio Dutra apresentou o saldo remanescente da Taxa de Administração de 2013 e disse da necessidade do Conselho se manifestar sobre sua destinação, de acordo com a Lei nº 10.362/11. Ficou definido que isto será tratado na próxima reunião. Wanderson Rocha questionou sobre o estudo que a Unidade Gestora está realizando para a substituição dos estagiários. Ficou definido que isto também será apresentado posteriormente. Márcio Dutra comentou sobre outro assunto, qual seja a Notificação Extrajudicial do Sindicato dos Médicos contra o Prefeito Municipal e o Conselho de Administração do RPPS. Jacó Lampert explicou que a notificação tem o objetivo de melhorar os dispositivos legais que regulam o processo eleitoral para os conselhos do RPPS. Israel Arimar esclareceu que a opção da chapa única foi definida em assembleia das entidades representativas dos servidores, aposentados e pensionistas do executivo e do legislativo. O próximo ponto de pauta foi a apresentação sobre os imóveis do RPPS. Márcio Dutra fez uma explanação com ênfase nos artigos da Lei nº 10.362 que tratam dos imóveis para o RPPS, mais especificamente para o Fundo Financeiro-FUFIN. Depois mostrou a situação atual dos imóveis do RPPS e a avaliação feita pela Caixa Econômica Federal - CEF em 2014, comparando com outras duas avaliações: da PRICE, de 2012, e do ITBI, de 2014, além do valor do metro quadrado. Israel Arimar questionou as cessões gratuitas feitas pelo RPPS à Prefeitura de Belo Horizonte. Também falou da discrepância das avaliações, o que inviabilizaria qualquer tomada de decisão pelo Conselho. Márcio Dutra informou que a avaliação pela CEF é a única que apresenta o preço de locação dos imóveis. Para concluir abordou sobre outros imóveis que apareceram com o índice do IPTU vinculados à extinta BEPREM. Isto gerou trabalhos da UG para identificar a origem daqueles imóveis. Chegou-se à Lei Municipal 1.396 de 01/09/67, que destinou terrenos para construção de habitação popular para os servidores municipais. Nesse sentido os trabalhos continuarão até que se chegue a um diagnóstico a ser apresentado ao Conselho. Wanderson Rocha questionou quanto ao embargo ambiental do imóvel de Lagoa Santa e a situação atual dos imóveis considerando que, em muitos, a vigência do contrato expirou. Jacó Lampert questionou se os




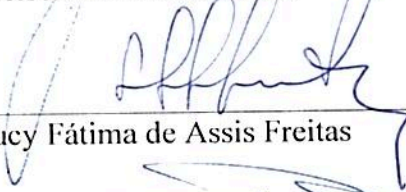
utilizados pelo Município, Márcio Dutra apresentou uma proposta de locação para os diversos órgãos do Município interessados em sua utilização, através de assinatura de Termo de Uso de Cessão Remunerada pelo valor de locação da CEF. Esclareceu ainda que a utilização dos imóveis a partir da Lei 10.362 até a data de assinatura do Termo seria cobrada por indenização, uma vez que os imóveis foram utilizados no período. Assim definido e deliberado pelo Conselho, esse procedimento passará a ser padrão para todos os imóveis de interesse do Município. Para tanto, o Conselho terá que deliberar sobre o assunto. Israel Arimar solicitou um parecer técnico da Unidade Gestora sobre todos os imóveis para subsidiar a deliberação dos Conselheiros. Thiago Grego explicou que a solução apresentada pelo Márcio Dutra, referia-se somente aos imóveis anteriormente cedidos gratuitamente para o Município de Belo Horizonte. Márcio Dutra explicou também que o RPPS foi notificado por ter sido detectado focos de dengue em alguns imóveis. Márcio Dutra explicou que o custo do imóvel de Lagoa Santa gera em torno de 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais). Também pediu para registrar em ata que na próxima reunião será deliberada a destinação dos imóveis cedidos ao Município mediante proposta elaborada pela Unidade Gestora e encaminhada para o e-mail dos Conselheiros. Márcio Dutra comentou também sobre a aprovação de contas do RPPS pelo Conselho Fiscal e que isto seria apresentado na próxima reunião do Conselho e sobre a substituição da MGS no imóvel de Lagoa Santa em maio de 2014. Israel Arimar solicitou também os valores de manutenção do imóvel de Lagoa Santa. Márcio Dutra disponibilizou a Unidade Gestora para fazer uma apresentação para os novos Conselheiros antes da próxima reunião. Jacó Lampert questionou se o embargo impediria a venda do imóvel de Lagoa Santa o que foi explicado pelo Fernando Calazans que atividade recreativa não poderia ser exercida naquele local até análise final do embargo. Nada mais a ser tratado, eu, Roberta Ester Senna (Roberta Ester Senna), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

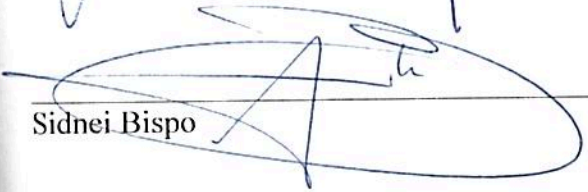

Thiago Alexsander Costa Grego

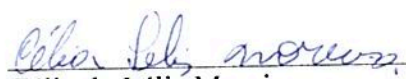

Afonso Celso Renan Barbosa


Beatriz de Oliveira Góes

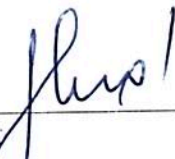

Gleison Pereira de Souza

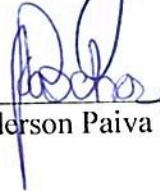

Lucy Fátima de Assis Freitas


Sidnei Bispo


Célia de Lélis Moreira


Israel Arimar de Moura


Jacó Lampert


Wanderson Paiva Rocha